Regiões Ultraperiféricas Europeias

XXIII CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES
das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia
Las Palmas de Gran Canaria, 22 de novembro de 2018

DECLARAÇÃO FINAL

Os Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, reunidos em Conferência, em Las Palmas de Gran Canaria, a 22 e 23 de novembro de 2018, sob os auspícios de Sua Majestade o Rei de Espanha, Felipe VI, e sob Presidência de Fernando Clavijo Batlle, Presidente das Canárias, adotam a seguinte declaração final.

1. A Conferência considera que a União Europeia conhece, atualmente, as mais profundas transformações da sua história recente. O enfraquecimento do multilateralismo a nível internacional, o despertar de nacionalismos, o aumento de populismos e a saída do Reino Unido da UE, fragilizam o processo de construção europeia.

2. Neste contexto, marcado pela desconfiança dos cidadãos europeus em relação à UE, por um sentimento de abandono de alguns territórios e pela falta de solidariedade, a Conferência reafirma o seu compromisso com o projeto europeu e contribui para a reflexão sobre o seu futuro.

3. Nesta perspetiva, defende uma Europa mais estável, uma Europa mais unida, uma Europa mais forte, responsável e comprometida com a diversidade que a compõe, assumindo o seu papel no mundo, determinada a preservar o seu modelo de construção, baseado na paz, na promoção dos Direitos do Homem, na consolidação da democracia, no respeito pelo Estado de Direito e na solidariedade, e o seu modelo equilibrado de desenvolvimento.

4. Considera que a concretização de uma Europa solidária deve orientar a ação da União na aplicação do artigo 349 do TFUE, onde são reconhecidas as especificidades das Regiões Ultraperiféricas, em particular no quadro da reforma das políticas europeias pós 2020. Esta abordagem requer uma atenção contínua e uma unidade de ação por parte do Conselho e do Parlamento Europeu, independentemente do quadro legislativo e financeiro que vier a ser definido depois das eleições de maio de 2019;

5. Sublinha, em particular, os avanços verificados no diálogo e no acompanhamento específico às RUP. Expressa o seu reconhecimento pelos esforços desenvolvidos pela Comissária para a Política Regional, bem como

pelos seus serviços encarregues da coordenação das questões relativas às Regiões Ultraperiféricas, em prol de uma consideração mais efetiva das suas especificidades, que precisa ser melhorada no conjunto do pacote legislativo pós-2020.

6. Sublinha a necessidade de uma conclusão, tão rápida quanto possível das negociações sobre o próximo quadro financeiro plurianual e os seus diferentes regulamentos e programas, para evitar hiatos e disrupções prejudiciais ao contínuo crescimento económico e social da UE e das nossas regiões.

7. Sublinha a mais valia que as RUP trazem à UE no que concerne à sua projeção mundial, posição geoestratégica e dimensão oceânica, entre outros.

Através desta declaração final, a Conferência:

8. RECORDA a necessidade de uma aplicação do artigo 349 do TFUE, base jurídica autónoma para a adoção de medidas específicas em benefício das Regiões Ultraperiféricas;

9. MANIFESTA PREOCUPAÇÃO por algumas inflexões no quadro das negociações sobre a legislação pós-2020 conducentes à supressão ou à diluição de propostas de medidas específicas relativas às Regiões Ultraperiféricas. Estas ações são contrárias às conclusões do Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de dezembro de 2015;

10. ESTÁ ATENTA aos trabalhos do Conselho e do Parlamento Europeu e CONVIDA-OS, ao longo das negociações em curso, a confirmar os avanços em relação às RUP propostos pela Comissão e a inverter os negativos;

11. Sublinha a partilha de pontos de vista com os Estados Membros e insta-os a, no quadro das negociações em curso na UE, particularmente no que concerne ao próximo Quadro Financeiro Plurianual, não aceitar qualquer posição que fira os objetivos desta Declaração;

12. DEFENDE um orçamento europeu ambicioso que privilegie as políticas com forte impacto territorial e EXIGE a manutenção, nos níveis atuais, das dotações financeiras, nomeadamente na Coesão e na Agricultura, indispensáveis ao crescimento e ao emprego nas nossas regiões;

13. REJEITA qualquer redução dos meios financeiros destinados às RUP, em clara contradição com os compromissos das instituições europeias, acentuando as

desigualdades e tornando inviável dar resposta às reais necessidades das suas populações;

14. ACOLHE a supressão do tratamento derrogatório discriminatório no cálculo das dotações destinadas a Maiote e PEDE a sua manutenção nas negociações interinstitucionais; SOLICITA a classificação de Saint-Martin como região NUTS 2;

15. REJEITA a classificação das Canárias e da Martinica como regiões em transição através de um mero efeito estatístico que não reflete a realidade económica e social destas Regiões, as quais sofrem de constrangimentos estruturais permanentes;

16. REJEITA qualquer redução das taxas de cofinanciamento europeu e EXIGE a reposição da taxa de 85% de apoio às RUP;

17. SOLICITA que o cofinanciamento nacional ou regional dos programas não seja contabilizado no cálculo dos deficits públicos;

18. LAMENTA a proposta de reforço da ligação entre a Política de Coesão e o Semestre Europeu, contudo, APELA à integração de uma dimensão territorial neste processo; MANIFESTA a sua preocupação, em particular, com as consequências da possibilidade de suspensão de fundos, prejudicial às regiões;

19. CONGRATULA-SE com a manutenção da dotação específica adicional do FEDER e com a criação de uma dotação no âmbito do FSE+, ambas para compensar os sobrecustos das RUP, desde que esta nova dotação seja adicional ao envelope FEDER;

20. SOLICITA uma redução efetiva da carga administrativa a que estão sujeitos os beneficiários e as autoridades de gestão, de modo a facilitar a implementação dos fundos europeus;

21. SOLICITA que o FEDER volte a apoiar todas as empresas, independentemente da sua dimensão, tanto nas despesas de investimento como de funcionamento;

22. ESTÁ ATENTA às evoluções do quadro europeu relativo aos Auxílios de Estado, onde se devem manter as medidas específicas para as RUP, indispensáveis ao desenvolvimento das suas empresas e à criação de emprego;

23. CONVIDA as Instituições Europeias e os Estados-Membros a apoiar as propostas positivas da Comissão Europeia a favor das RUP, nomeadamente a:

    - REFORÇAR a componente inédita para as RUP no âmbito da Cooperação Territorial Europeia (INTERREG), mantendo as modalidades de gestão do período atual. PEDE à Comissão a fixação das correspondentes contrapartidas nos novos instrumentos externos de cooperação;

    - DESENVOLVER os planos de ação do FEAMP por Região Ultraperiférica, ligados à pesca e à economia azul; PEDE, não obstante, que o FEAMP permita a concessão de subvenções a todos os tipos de investimento localizados nas RUP; INSISTE na autonomização dos Planos de Compensação dos Custos Suplementares (POSEI pescas) e recusa a sua limitação a uma percentagem da dotação global do FEAMP;

    - PRESERVAR os princípios e o modelo do POSEI, programa que deve ser reforçado; PEDE a criação de uma dimensão regional nos Planos Estratégicos do segundo pilar da PAC (FEADER) e o reforço do papel das regiões na sua aplicação;

    - INCENTIVAR a investigação e a inovação nas RUP, designadamente através da componente «Partilha de Excelência» do programa Horizonte Europa que deve ser mantida;

    - MANTER o dispositivo sobre a biodiversidade nas RUP no quadro do programa LIFE e SOLICITA a sua gestão pela agência executiva da Comissão;

24. AGUARDA a implementação das soluções concretas enunciadas no Memorando das RUP de 2017 para superar o défice de acessibilidade no âmbito dos transportes, da acessibilidade digital e da energia, tornando uma prioridade a abertura das nossas regiões;

25. DEFENDE que sejam definidas, com celeridade, condições de autorização do financiamento à renovação da frota de pesca nas RUP, de modo a apoiar, a partir de 2019, o desenvolvimento desta fileira;

26. ESTÁ ATENTA à consideração apropriada, através de medidas específicas, dos interesses ofensivos e defensivos das RUP na relação futura entre a União Europeia e o Reino Unido;

27. SOLICITA a organização, em 2019, do segundo Fórum sobre a Economia Azul nas RUP; bem como a organização do V Fórum RUP;

28. CONSIDERA altamente prioritária a manutenção de relações privilegiadas com a próxima Comissão Europeia.

Regiões Ultraperiféricas Europeias

AÇORES	**CANARIES**	**GUADELOUPE**
GUYANE	**MADÈRE**	**MARTINIQUE**
MAYOTTE	**LA RÉUNION**	**SAINT-MARTIN**

P/o le Président